

## **GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA: ANÁLISE DA SEGURANÇA PROMOVIDA PELA IMPLANTAÇÃO DE UMA UIPP EM BELÉM - PA.** *PUBLIC SAFETY MANAGEMENT: ANALYSIS OF SECURITY PROMOTED BY THE IMPLEMENTATION OF A UIPP IN BELÉM - PA.*

***Katya Regina Batista\****

***Marcia Athayde Moreira\*\****

***Layse Corrêa de Moraes\*\*\****

***Maria Mariza de Freitas Beckmam\*\*\*\****

---

### **RESUMO**

Esta pesquisa teve por objetivo investigar como a política de segurança pública de polícia comunitária, implantada em Belém do Pará, no bairro da Terra Firme por meio de uma UIPP (Unidade Integrada Pró Paz), contribuiu para aumentar a sensação de segurança, sob a ótica dos moradores deste bairro, tendo como recorte observacional os resultados obtidos pelo trabalho realizado no período de 2009 a 2014. Trata-se de ações governamentais ligadas diretamente às demandas das populações dos bairros com maiores índices de criminalidade existentes na capital paraense. Metodologicamente, é uma pesquisa descritiva, realizada por meio de levantamento, com aplicação de 300 questionários contendo oito questões fechadas a moradores, com idades entre 30 e 59 anos, no período de março e abril de 2015. Como resultados, observa-se que 90% dos moradores conhecem a UIPP, 87,3% aprovaram a implantação, 89,3% já foram vítimas de violência ou conhecem quem já foi vítima, sendo que 50,8% afirmaram que mudaram seus hábitos ou abriram mão de realizar algumas atividades para se proteger da violência. Por fim, observou-se mudança na sensação de segurança após a implantação da UIPP, sendo que, antes, 26,3% dos moradores se sentiam seguros e atualmente a porcentagem passou para 43,6%. Conclui-se que os resultados da pesquisa apontam para a valorização da polícia comunitária, que tem como meta aproximar o policial do cidadão, criar laços de confiança entre os mesmos, e conscientizar não só sobre o papel dos diversos atores como também esclarecer a respeito da forma como se dá a gestão da política pública e da contribuição de cada um dos envolvidos na construção de uma sociedade melhor.

**Palavras-chave:** Gestão pública. Segurança pública. Polícia comunitária.

---

Manuscript first received/Recebido em 25/01/2017 Manuscript accepted/Aprovado em: 01/04/2017

Address for correspondence / *Endereço para correspondência*

\* Professora do Instituto Federal do Pará. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade da Amazônia (UNAMA). E-mail: [katyabatista.ifpa@gmail.com](mailto:katyabatista.ifpa@gmail.com)

\*\* Professora e pesquisadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade da Amazônia (UNAMA). E-mail: [athayde.marcia@gmail.com](mailto:athayde.marcia@gmail.com)

\*\*\* Tecnóloga em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Pará. E-mail: [laysecmoraes@gmail.com](mailto:laysecmoraes@gmail.com)

\*\*\*\* Tecnóloga em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Pará. E-mail: [mmzafreitas@gmail.com](mailto:mmzafreitas@gmail.com)

## ABSTRACT

*The aim of this research was to investigate how the public security policy of community police, implemented in Belém do Pará, in the Terra Firme neighborhood of through a UIPP (Integrated Peace Unit), contributed to increase the sense of security, of the point of view of neighborhood residents, from of results obtained by the work carried out in the period from 2009 to 2014. These are government actions directly linked to the demands of the populations of the neighborhoods with the highest crime rates in the capital of Pará. Methodologically, this is a descriptive research carried out by survey, with the application of 300 questionnaires containing eight closed questions to the residents aged between 30 and 59 years, in the period of March and April of 2015. As a result, it is observed that 90 % of the residents know the UIPP, 87.3% approved the implantation, 89.3% were already victims of violence or know who was already a victim, 50.8% said they changed their habits or gave up doing some activities to protect themselves from violence. Finally, there was a change in the security feel after the implementation of the UIPP, whereas before only 26.3 of the residents felt safe and after UIPP 43.6 feel safe. It is concluded that the results of the research point to the valorization of the community police with the premise of bringing the police closer to the citizen, creating bonds of trust among them, understanding the role of the various actors, how public policy is managed and what is the contribution of each of those involved in building a better society.*

**Keywords:** *Public management. Public security. Community policing.*

## 1 INTRODUÇÃO

É senso comum que cabe ao governo oferecer segurança e justiça, tanto em níveis nacionais quanto internacionais, à população de uma nação. Azambuja (2008) declara que o bem público pode ser resumido em dois bens sociais fundamentais: a segurança e o progresso dos indivíduos, devendo, portanto, o Estado protegê-los e auxiliá-los. Partindo deste entendimento, considera-se a segurança nacional como um bem público.

No Brasil, determinados bens ou serviços, inclusive a segurança, assim como estabilidade econômica, a ciência, a governança honesta, o ambiente limpo e a liberdade de expressão são denominados especiais, porque seus benefícios não se restringem àqueles que, de fato, têm financiado a sua produção, ou seja, os contribuintes adimplentes. Pelo contrário, mesmo as pessoas que não participam do seu financiamento também são beneficiadas por eles. Por este motivo, são chamados bens ou serviços públicos, com caráter opositor aos bens e serviços privados, que beneficiam exclusivamente as pessoas que por eles pagam (AZAMBUJA, 2008).

Desta maneira, a segurança pública tornou-se um dos bens mais questionados pela sociedade, que prima pelo direito de se sentir segura no exercício das suas atividades cotidianas. No entanto, a sensação de insegurança que atormenta a sociedade tem colocado em xeque a eficácia da gestão das políticas de segurança adotadas pelo governo, em níveis nacional, estadual e regional.

Neste contexto é que se destaca a cidade de Belém, que, como tantas outras metrópoles brasileiras, não foi beneficiada por um planejamento urbano que garantisse à população melhores condições de habitação e qualidade de vida. A capital paraense é cercada de áreas periféricas e

habitações irregulares, entre as quais destaca-se o bairro da Terra Firme, originalmente batizado com o nome de Montese, mas que ganhou o nome Terra Firme com o passar dos anos por ser formado por terras firmes e altas, próximas das áreas alagadas pelo rio Tucunduba, que perpassa os bairros de Canudos e do Guamá (PMB, 2016). O território que abriga o bairro era composto por terras de propriedade da União, cuja ocupação irregular privou, por anos, os moradores de infraestrutura e saneamento básicos necessários e privilegiou a ação criminosa que se beneficiou da ocupação irregular e ausência efetiva do Estado para atuar naquela região.

O bairro da Terra Firme é classificado pelo Anuário de Belém do ano de 2011 como o 6º bairro mais populoso. Em 2009, foi a área com maior número de homicídios da Região Metropolitana de Belém, o que desencadeou, na época, manifestações da sociedade civil organizada pela intensificação do policiamento ostensivo nas ruas como estratégia para coibir a ação de criminosos. Este fato resultou na elaboração da agenda do governo estadual, que contemplava ações específicas para áreas urbanas consideradas de risco: o Programa Segurança Cidadã, com a finalidade de aproximar a Polícia Militar da comunidade e reduzir os índices de criminalidade.

Assim, partir de 2009, a Polícia Comunitária foi adotada como um dos pilares da segurança pública no estado do Pará e a Terra Firme foi beneficiado com bases comunitárias e UIPP's (Unidade Integrada Pró Paz). Neste contexto da gestão governamental no combate à criminalidade, investiga-se como a política de segurança pública de polícia comunitária, implantada no bairro da Terra Firme através da UIPP, contribuiu para aumentar a sensação de segurança, sob a ótica dos seus moradores, tendo como recorte observacional os resultados obtidos pelo trabalho dos policiais no período entre 2009 e 2014.

Justifica-se esta pesquisa pela importância atribuída à gestão de políticas de segurança pública, haja vista as recorrentes discussões em níveis local e nacional sobre a violência urbana. Nos meios de comunicação de massa, observa-se a exploração da violência urbana que deixa de ser um assunto tratado exclusivamente por chefes de estado, secretários de segurança e agentes policiais e passa a ser tema constantemente debatido em todas as esferas da sociedade, sem exceção, inclusive na academia. Justifica-se ainda a temática a partir do entendimento de que a questão é de grande importância, pois a segurança pública tem sido considerada um dos grandes desafios do país, fundamentalmente em vista da crescente criminalidade e, ainda, considerando-se que o gestor público tem o dever de oferecer segurança a toda população.

Diante deste panorama, o modelo de policiamento comunitário surge como um novo modelo de polícia mais bem preparada, principalmente para se relacionar com os cidadãos, no contexto de uma sociedade democrática, visto que a filosofia de polícia comunitária apregoa a aproximação com a comunidade, contribuindo para a construção e sedimentação de um novo modelo pautado no conceito de defesa social, com maior participação da comunidade nas ações de polícia, fortalecendo, assim, o que preconiza a Constituição de 1988, em seu art. 144, que confere suporte jurídico para o envolvimento das comunidades na produção de segurança, ao estabelecer o princípio, segundo o qual, a segurança é responsabilidade de todos.

Dessa forma, a presente pesquisa pretende contribuir com a discussão de mais uma proposta de gestão de políticas públicas para resolução de complexos problemas sociais e, neste caso, trata-se da implantação de uma UIPP em Belém - Pa.

Metodologicamente, é uma pesquisa descritiva, realizada por meio de levantamento, com aplicação de 300 questionários, contendo oito questões fechadas a moradores com idades entre 30

e 59 anos, no período de março e abril de 2015. Além desta introdução, este texto apresenta quatro seções, sendo que, na próxima, apresenta-se a revisão de literatura; na terceira seção são apontados os aspectos metodológicos; na quarta, exibem-se os resultados da pesquisa de campo e, por fim, na quinta seção, são tecidas as considerações finais.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Sapori (2007) traça um paralelo entre os sistemas de segurança pública de países desenvolvidos e países latino-americanos, afirmando que, enquanto a maior preocupação dos países desenvolvidos é o terrorismo, nos países latinos, a grande problemática da segurança se concentra na criminalidade urbana, ou seja, na violência praticada pelos seus próprios membros.

No Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, está previsto que “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1988). Estou sugerindo as aspas, porque se trata de citação literal.

Ainda segundo Sapori (2007), a gestão da segurança pública no Brasil é estruturada de forma hierarquizada e pré estabelecimento de funções em seus núcleos operacionais. Porém as ações imediatistas, sem bases diagnósticas, contemplam um desperdício de recursos do Estado, que se destinam a resolver problemas relativos a momentos de caos ou violência e não consistentemente embasados por pesquisas, a partir das quais se poderia planejar e estruturar ações preventivas e não reativas ou imediatistas.

Neste contexto, destaca-se a necessidade da adoção de gestão de políticas públicas de segurança, que, segundo Guareschi *et al.* (2004, p.180), são “o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas”. Albuquerque (2009) ressalta que as forças policiais e as comunidades começam a compreender o quanto necessitam umas das outras na produção da segurança, pois ambas passam a ser agraciadas com os benefícios. Para o público, o que se observa é maior prevenção da criminalidade, menos medo e maior responsabilização por parte da polícia, sendo que o apoio e o respeito da comunidade resgatam, fortalecem e intensificam a motivação policial.

### 2.1 Políticas de ação da polícia comunitária no mundo

Segundo Albuquerque (2009), a polícia comunitária, como é denominada a polícia com função pacificadora de comunidades, é modelo vigente em países como Austrália, Dinamarca, Noruega, Grã-Bretanha, Canadá, Japão, Espanha, Cingapura, Estados Unidos, entre outros. O modelo de policiamento comunitário utilizado no Canadá é o sistema CAPRA, sigla de: Cliente; Análise; Parcerias; Resposta e Avaliação. Uma das diferenças entre o modelo tradicional e o modelo comunitário está no momento da ação da polícia: No primeiro, a Polícia é acionada apenas depois que o crime acontece ou enquanto está acontecendo. Paralelamente, no Policiamento Comunitário, o trabalho do Policial é contínuo e próximo do cidadão, o que facilita a percepção de possíveis ameaças a este.

Albuquerque (2009) afirma que, nos departamentos policiais do Canadá, encontram-se exemplos muito significativos, nos quais o policiamento de grupo tem sido realizado por zonas, com execução de policiamento ostensivo a pé e o estabelecimento de escritórios policiais estrategicamente

instalados, entre outras políticas, como o país de quarteirão, que é um local onde as crianças com dificuldade podem se dirigir em busca de ajuda, proporcionando uma rede rastreada por policiais. Educam-se crianças para segurança na rua e dentro de casa, desenvolvendo-se materiais para divulgação do programa e conhecimento da comunidade e realizando um trabalho conjunto entre polícia, comunidade, conselhos escolares e grupos organizados.

Albuquerque (2009) destaca outros programas, como o Sinal para Chamar a Polícia, que foi desenvolvido e pensado para as mulheres. O sinal, que é distribuído gratuitamente pela polícia, deve ser instalado no vidro traseiro dos veículos, tem uma fluorescência laranja brilhante com convite para a averiguação do policial, impressa em grandes letras; Combate ao Roubo de Veículos é um programa que visa à redução de furtos de veículos por meio de um adesivo que deve ser colocado no vidro traseiro do carro no lado do condutor, caso o proprietário dificilmente use o veículo nos horários de 01h00 a 05h00 da manhã.

Se a polícia vir o veículo em questão trafegando neste horário, irá pará-lo, verificar a documentação e identificar o condutor, sem nenhum custo para o cidadão. Encontre Crianças é um programa de iniciativa das comunidades locais, em que voluntários dedicam seus esforços, distribuindo cartazes, conscientizando e informando a população sobre o programa, exibem informações afixadas em locais definidos e angariam fundos. Incentiva-se a sociedade a, voluntariamente, oferecer ao Encontre Crianças a impressão digital com a finalidade de agilizar a identificação.

Na Noruega, além da forma descentralizada de trabalho, os policiais conhecem muito bem as suas rondas de trabalho. Para não permitir que o espaço de seu domínio fique descoberto por um tempo longo, realizam visitas a escolas, a grupos de jovens e a familiares, patrulhamento a pé ou de bicicleta, além de desenvolverem contatos pessoais com a comunidade, o que pode ser uma das fontes principais de informações para ações preventivas e conquista da confiança dos moradores.

Como referência ao policiamento comunitário, a experiência da cidade de Oslo, a capital Norueguesa, é a mais sólida do país. Nela, existem postos de policiamentos que funcionam como miniaturas de delegacias, responsabilizando-se por todos os aspectos do policiamento, exceto pela investigação criminal.

No Japão, o modelo de polícia comunitária foi adotado desde o fim da 2ª Guerra Mundial, sendo considerado o sistema de policiamento comunitário mais antigo e estabelecido de melhor forma. Lá existem postos de policiamento japoneses que são conhecidos por *koban*. Bayley & Skolnick descrevem os *koban's* da seguinte forma:

São miniaturas de delegacias de polícia, responsável por todos os aspectos de policiamento, com exceção da investigação criminal – recebem denúncias, respondem a solicitações de serviço, propiciam informação e aconselhamento, patrulham a pé ou de bicicleta, organizam a prevenção do crime na comunidade, e desenvolvem contatos pessoais (BAYLEY; SKOLNICK, 2006, p. 24-25).

Pode-se constatar que os cidadãos japoneses participam de todo o processo de policiamento, desde a identificação dos problemas até o patrulhamento nas ruas. A polícia japonesa não trabalha sozinha, há uma difusão da segurança como responsabilidade de todos os cidadãos que, em parceria com a polícia, dedicam-se à prevenção de crimes. Ainda de acordo com Bayley & Skolnick, (2006), esta parceria pode ser facilmente identificada nas visitas de policiais à casa dos moradores e aos pontos comerciais, as quais ocorrem ao menos uma vez ao ano. Durante as visitas, os policiais

perguntam sobre problemas, pedem sugestões aos moradores, oferecem serviços e, ainda, conseguem obter informações sobre situações que podem representar risco à vizinhança.

Oficiais brasileiros foram enviados ao Japão para conhecer melhor a técnica e a experiência japonesa em policiamento comunitário. Entre estes, o autor e coordenador do Projeto Segurança Cidadã e do PROERD, no Estado do Pará. Segundo o Portal da JICA - *Japan International Cooperation Agency* (2011), 6.146 (seis mil, cento e quarenta e seis) multiplicadores foram treinados em todo o Brasil e mais de 60 (sessenta) oficiais de diversos estados brasileiros foram capacitados no Japão.

Como exemplo de ações em território nacional, destaca-se a iniciativa da SENASP, do estado de São Paulo, que, pelo Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), desenvolve o Projeto Territórios da Paz, no qual uma das ações é a difusão do modelo de Policiamento Comunitário.

## 2.2 A segurança pública no Pará

De acordo com dados do Governo do Estado do Pará (PARÁ, 2015), a ação da polícia comunitária está inserida no projeto PROPAZ. Porém, em seu projeto inicial, no ano 2004, durante o segundo mandato do então Governador do Estado do Pará, Simão Jatene, o PROPAZ não previa os trabalhos de policiamento comunitário. A proposta do programa era viabilizar ações de inclusão social para o seu público alvo, com apoio das secretarias executivas do governo estadual e das outras esferas do poder executivo.

Apesar das ações realizadas, em seu primeiro momento, o PROPAZ não alcançou relevantes resultados, especialmente no que diz respeito ao combate à violência e à redução dos índices de criminalidade que preocupavam a sociedade como um todo.

Com o início do mandato subsequente, o PROPAZ deu espaço para um segundo programa que trouxe uma abordagem mais voltada para a segurança pública, o qual ficou conhecido como Segurança Cidadã. O Plano Estadual de Segurança Cidadã (PARÁ, 2009) esclarece que o governo do estado considerou que as políticas de segurança pública nacionais anteriores beneficiavam apenas as elites locais e as próprias instituições de segurança pública. A população, além de ter grandes problemas de cunho social, ainda tinha que enfrentar a discriminação, o autoritarismo e o descaso do poder público, ficando cada vez mais vulnerável aos riscos sociais e à criminalidade.

Deluchey (2005) realizou uma pesquisa que apresentou resultados preocupantes para a segurança pública do Pará. Identificou o grau de preocupação com a segurança no interior do Pará em 90,4% e, não obstante os índices alarmantes dos moradores do interior, na capital, o índice de preocupação foi de 94,4% entre os moradores. O referido autor também analisou o nível de desconfiança entre policiais e moradores e concluiu que, na proporção de um para quatro policiais, consideram os cidadãos comuns como suspeitos potenciais. Os resultados demonstraram que tanto a população quanto a polícia precisavam da adoção de urgentes ações para que ambos pudessem conviver pacificamente e estivessem juntos na criação de medidas que combatessem a criminalidade.

Diante da problemática da Segurança Pública, dos anseios da população por um espaço de convivência mais harmonioso e da vontade do Estado em amenizar a violência e dar uma resposta à população paraense, avaliou-se, à época, como um modelo de segurança adequado para a atual conjuntura paraense, o modelo baseado nas práticas japonesas, visto que este vinha sendo realizado efetivamente naquele país asiático (PARÁ, 2009).

Em 2009, o governo estadual inicia a construção das bases comunitárias, com recursos do PRONASCI, um programa do Governo Federal. Foram construídas três delas, de 40m<sup>2</sup> cada, que

estão localizadas nos bairros: Terra Firme, na Avenida Perimetral; Bairro Guamá, na Avenida Castelo Branco com a Passagem Alvino; e Bairro Tapanã, no Conjunto Tapajós. Os recursos recebidos foram investidos em construção civil, aquisição de uma viatura, de duas motocicletas, compra de um microcomputador; de uma impressora e de mesa e cadeiras. Na base comunitária, trabalham quatro Policiais Militares e um sargento, que é responsável pelo local.

Além das bases comunitárias, foram lançadas duas campanhas. A primeira foi o PROERD, inspirado no *Drug Abuse Resistenc Education* (DARE), programa dos Estados Unidos, que chegou ao Brasil em 1992, por meio da Polícia Militar do Rio de Janeiro, e, ao Pará, em 2004, mas apenas em 2011 o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) foi institucionalizado na Polícia Militar do Pará. A missão do PROERD é cooperar para a construção de uma sociedade saudável, feliz e livre de drogas, com crianças informadas e preparadas para tomar decisões corretas, vantajosas e dizer não às drogas. O programa é dividido em 10 lições ministradas a alunos do 5º ao 7º ano do Ensino Fundamental e trata sobre assuntos como violência, consumo de álcool e de drogas.

A segunda ação teve como foco as festas de aparelhagem. Estudos da Polícia Militar descobriram que, quando tais festas eram anunciadas, os crimes na região aumentavam. Conhecido por ser um estilo musical mais frequente entre o público de baixa renda e pouca escolaridade, Lima (2008) afirma que o tecnomelody é um gênero musical popular surgido no estado do Pará, no início dos anos 2000. Trata-se de uma fusão da tradicional música brega com a música eletrônica, tendo, portanto, a tecnologia e as aparelhagens como elementos fundamentais das festas ocorridas, principalmente nas áreas periféricas da cidade.

A proliferação das festas de aparelhagens pela cidade de Belém se dá em razão da influência da própria cultura urbana contemporânea cosmopolita, provocando o que Lemo & Castro (2013, p. 44) denominam de “gravitação dos produtos culturais de elite e das expressões da cultura popular em torno da filosofia do dinheiro e do mercado”. Em tal cenário, Couto (2008) aponta que a busca por dinheiro é um dos argumentos mais utilizados pelos moradores da Terra Firme para justificar o envolvimento com o tráfico.

Para combater tal realidade, a Polícia Militar lançou o clip *Entre Na Onda da Paz*, em parceria com a Banda Fruto Sensual e outros artistas do tecnomelody, com o objetivo de promover a política de segurança pública adotada pelo governo do Estado, educar a população contra a violência e incentivar o cidadão a assumir uma conduta pacífica. Os donos de aparelhagens também contribuíram, fazendo a transmissão do vídeoclip nas festas. Contudo, a ação da Polícia não se resumiu à apresentação do vídeo, tendo sido reforçada, nos dias que antecediam as festas e no dia das mesmas, pela presença de um contingente maior de policiais e viaturas nas proximidades do local para inibir os delitos e a veiculação de músicas que fazem apologia à criminalidade.

### **2.3 Organização do UIPP em Belém**

No ano 2011, em cumprimento à Resolução nº 171/2011 do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONSEP), o Governo do Estado do Pará, via Secretaria de Segurança Pública (SSP) implementou a política de segurança pública denominada Unidade Integrada PRO PAZ (UIPP), cuja estratégia de atuação envolve a articulação entre o Poder Público Estadual e a Comunidade. Adotando como base a filosofia da Polícia Comunitária, seu objetivo principal é a garantia da preservação e paz social, considerando os princípios de segurança comunitária para todos os segmentos e atividades de

segurança, bem como o estímulo à participação da comunidade para o aprimoramento do conhecimento profissional dos agentes de segurança, motivando-os a atuar dentro dos preceitos do policiamento comunitário (SSP/PA, 2011, p. 3).

Segundo o governo do estado do Pará (PARÁ, 2011), a iniciativa visa a modificar a forma de relacionamento entre o poder **público e a comunidade**, abordando uma luta constante do Sistema de Segurança pelo amparo e proteção aos direitos comunitários com a utilização, por vezes, da força contra indivíduos que também fazem parte da comunidade.

A atuação da UIPP baseia-se nas seguintes estratégias: setorização; análise criminal; Policiamento Orientado para o Problema – POP; Encaminhamentos das Demandas da Comunidade - EDC; e o Núcleo de Mediação de Conflitos. Dela participam como órgãos integrantes: Polícia Civil; Polícia Militar; Corpo de Bombeiros Militar; Defensoria Pública do Estado do Pará; Núcleo de Mediação de Conflitos; Programa Pro Paz (Programa de inclusão digital; Área de esporte, lazer; Auditório); Secretaria de Educação do Pará (SEDUC), que atuam de forma integrada a partir de projetos de aproximação com a comunidade e a implementação de políticas sociais.

A primeira UIPP foi instalada em 06 de dezembro de 2011, no Terra Firme, com ações direcionadas para jovens de 12 a 18 anos de idade pertencentes à comunidade do bairro e em situação de vulnerabilidade social, implementando-se políticas públicas de prevenção à criminalidade, tais como atividades esportivas e de lazer. Os policiais atuantes na UIPP, treinados na filosofia da Polícia Comunitária, também atuam no recebimento e atendimento de denúncias de crimes, em conjunto com a Polícia Civil.

A grande diferença da UIPP para as delegacias, seccionais e PM *box's* que ainda existem, é que ela foi idealizada como um núcleo de interação com a comunidade e no seu espaço são desenvolvidas atividades de cunho educativo e sociocultural que contribuem para afastar os moradores da criminalidade e aproximam a polícia e cidadãos. É importante, pelo exposto, conhecer quais ações de prevenção são utilizadas pela Polícia Militar no desenvolvimento das estratégias nas comunidades (PARÁ, 2011).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva, realizada por meio de levantamento obtido via questionário, contendo oito questões fechadas, sendo sete binárias do tipo Sim/Não e uma escalar, as quais versaram sobre a temática em questão, possibilitando o fácil entendimento do respondente e garantindo a uniformidade e padronização dos resultados.

Compunham o questionário as seguintes questões: Você conhece a UIPP da Terra Firme? 2. Se conhece, aprova a implantação da UIPP no bairro? 3. Você ou algum membro de sua família foram vítimas de violência no bairro ou conhece alguém que foi vítima de violência no bairro? 4. Deixou de fazer alguma atividade/mudou de hábitos pelo motivo da violência? 5. Atualmente, você mudaria do bairro por motivo de violência? 6. Você se sentia seguro antes da implantação da UIPP no bairro da Terra Firme? 7. Atualmente, você e sua família se sentem mais seguros no bairro? Adicionalmente foi realizada uma questão sobre a imagem do trabalho da polícia comunitária no bairro.

A população total do bairro em 2010, segundo a Prefeitura Municipal de Belém era de 55.545 pessoas. No período de março a abril de 2015, foram entrevistados 300 moradores com idades entre 30 e 59 anos, em pontos dispersos, bem como em áreas estratégicas de acesso a bairros vizinhos, como



Guamá, Marco e Canudos, visando à descentralização das informações para obtenção de resultados mais consistentes. Analisados de forma quantitativa, os dados foram tratados, a partir de estatística descritiva, utilizando-se o *Microsoft Excel*.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 Avaliação da segurança no bairro

Primeiramente, foi perguntado para os entrevistados se conheciam a UIPP no Terra Firme e acima de 90% das pessoas afirmaram que sim, o que representa um número significativo de pessoas e denota a representatividade da Unidade para os moradores do bairro, conforme pode ser visto na tabela e no gráfico 1.

**Tabela 01** - Sobre conhecer a UIPP do bairro\ s Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

	SIM	NÃO	Total
Respondentes	90%	10%	100%
Total	90%	10%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

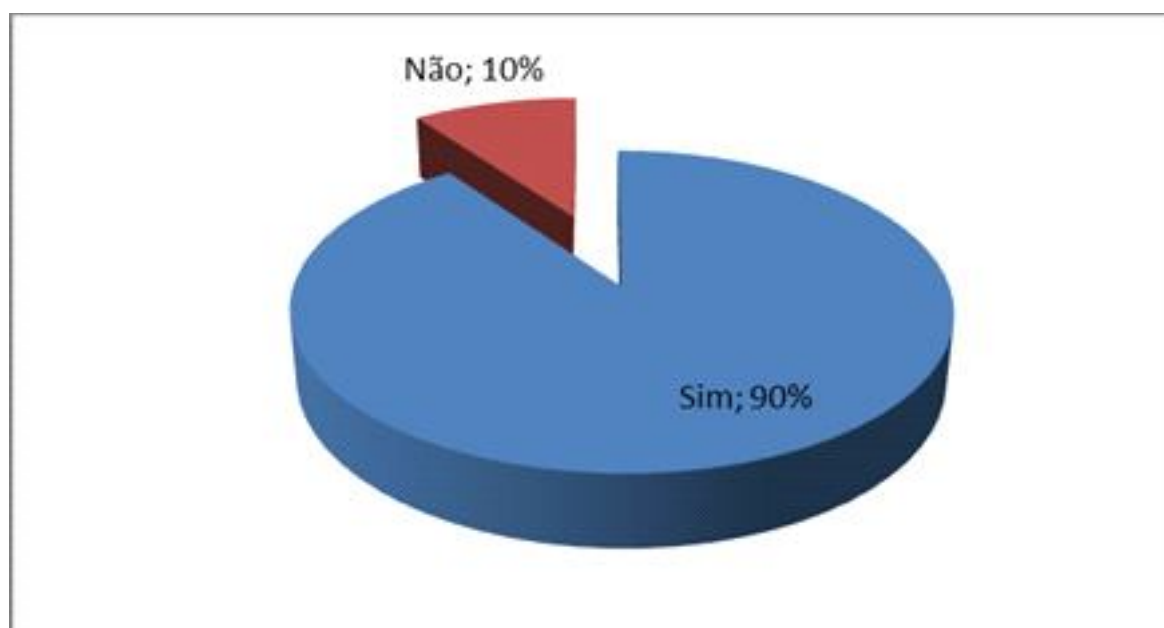


Gráfico 1 - Sobre conhecer a UIPP do bairro

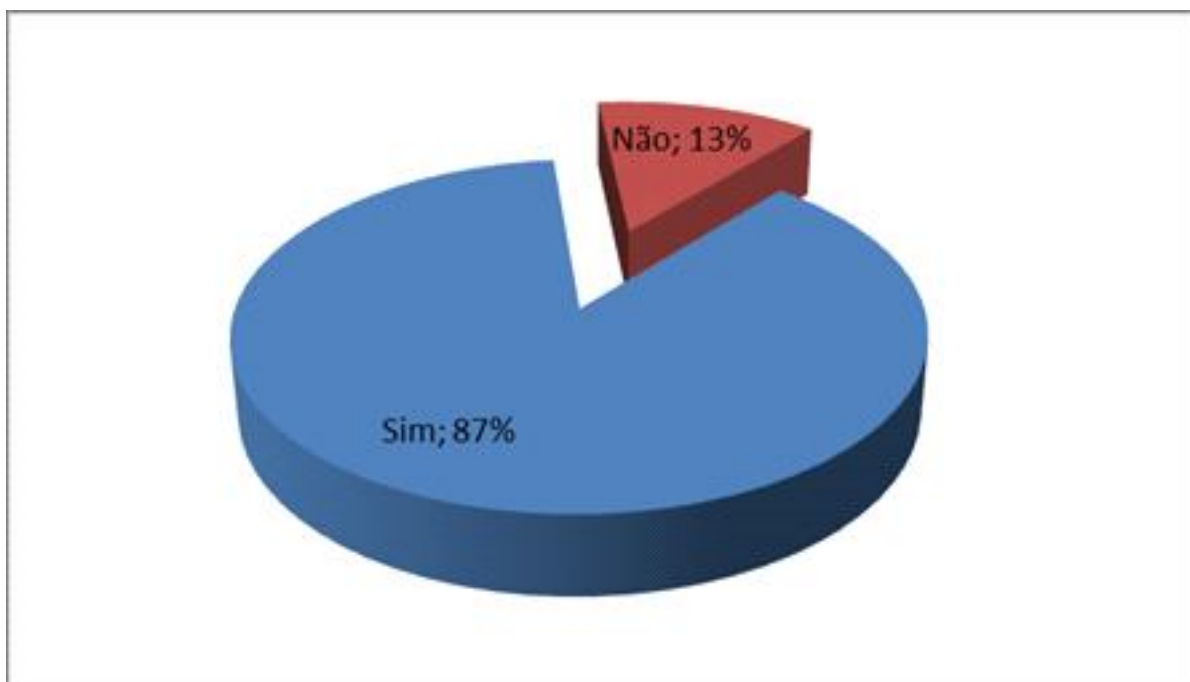
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Na sequência, os moradores foram perguntados se aprovam a implantação da UIPP no bairro. Em resposta, 87,% dos participantes da pesquisa disseram aprová-la, observando-se, portanto, grande aprovação à presença constante da polícia no local (tabela e gráfico 2).

**Tabela 02** - Sobre aprovar a implantação da UIPP no bairro

	SIM	NÃO	Total
Respondentes	87%	13%	100%
Total	87%	13%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)



**Gráfico 2** - Sobre aprovar a implantação da UIPP no bairro

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Com o objetivo de mensurar o quanto a violência tem vitimado os moradores no bairro, perguntou-se ao morador entrevistado se conhecia alguém que tinha sido vítima de violência dentro do bairro, membro de sua família ou não, e descobriu-se que 90% afirmaram conhecer alguém vítima da violência praticada dentro da Terra Firme. Os números são altos e denotam a insegurança vivida pelos moradores (Tabela e Gráfico 3).

**Tabela 03** - Sobre conhecer pessoas vítimas de violência no bairro

	SIM	NÃO	Total
Respondentes	90%	10%	100%
Total	90%	10%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

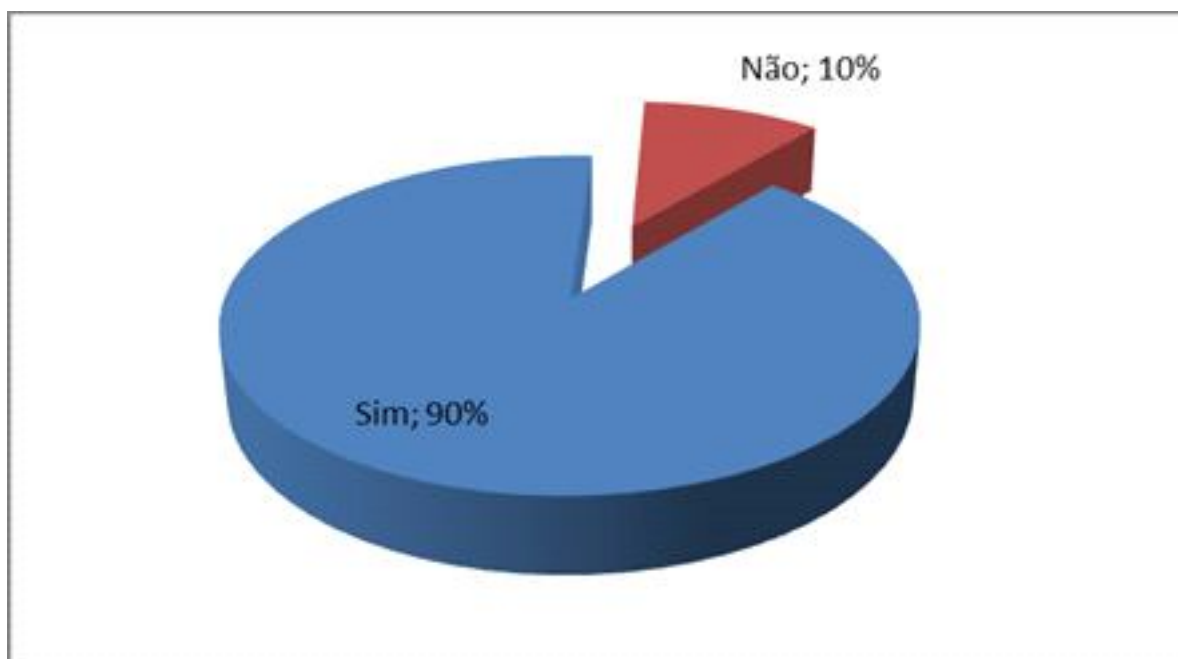


Gráfico 3- Sobre conhecer pessoas vítimas de violência no bairro

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Quando questionados se deixaram de fazer alguma atividade ou mudaram seus hábitos para se resguardar da violência no bairro, 51% dos respondentes afirmaram que sim e 49% disseram que não. (Tabela e Gráfico 4).

**Tabela 04** - Sobre a mudança de hábitos por motivo de violência

	SIM	NÃO	Total
Respondentes	51%	49%	100%
Total	51%	49%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

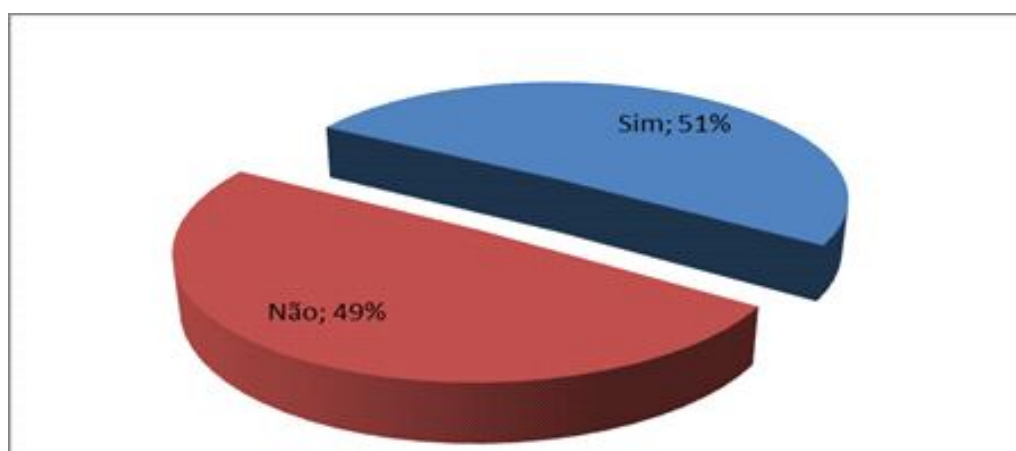


Gráfico 4- Sobre a mudança de hábitos por motivo de violência

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Sobre a intenção de mudar de bairro para se proteger da violência, a resposta obtida foi que 59% dos entrevistados não têm intenção de fazê-lo. (Tabela e Gráfico 5). É interessante tecer a seguinte observação: das pessoas que afirmaram que não pensam em mudar de bairro, 82,9% já foram vítimas de violência ou tiveram algum familiar ou conhecem alguém que já sofreu algum tipo de violência no bairro.

**Tabela 05** - Sobre intenção de mudar do Bairro por motivo de violência

	SIM	NÃO	Total
Morador	41%	59%	100%
Total	41%	59%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

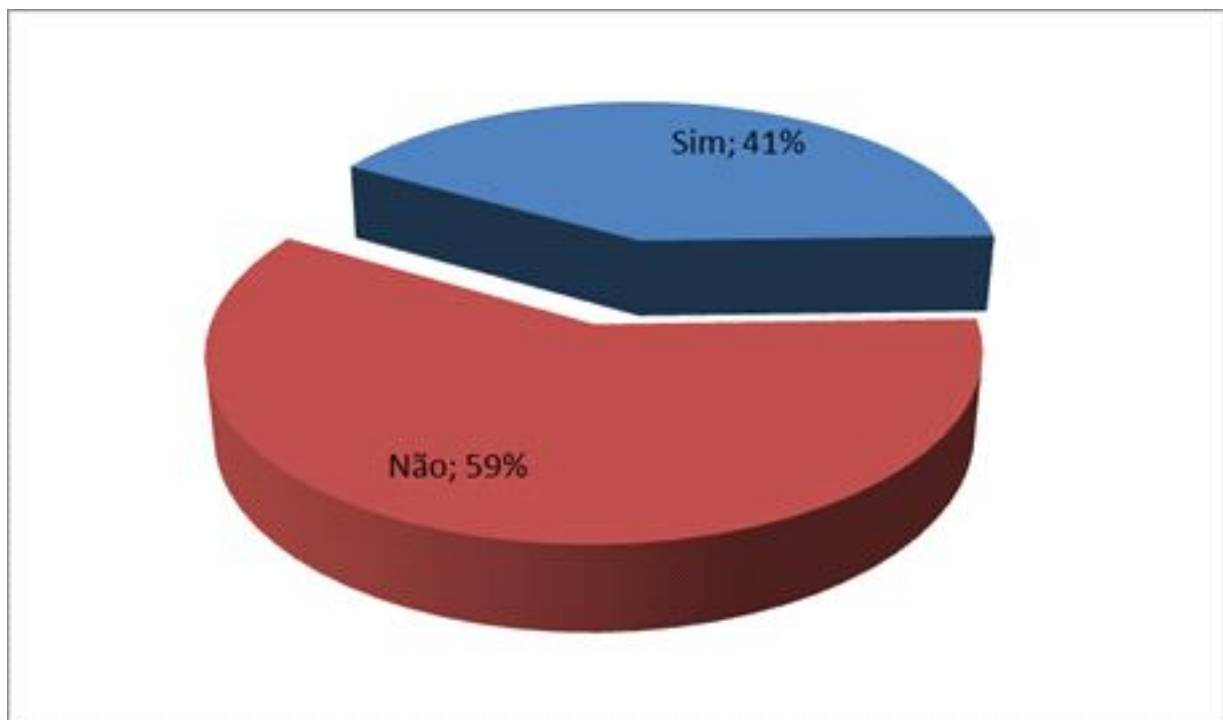


Gráfico 5 - Sobre mudar do Bairro por motivo de violência

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Por fim, os moradores foram questionados sobre a sensação de segurança, antes e depois da UIPP. Realizaram-se duas perguntas na sequência, sendo: você se sentia seguro antes da implantação da UIPP no bairro da Terra Firme? E, atualmente, você e sua família se sentem mais seguros no bairro? De acordo com as respostas, 26,3% dos entrevistados afirmaram que se sentiam seguros no bairro antes da implantação da UIPP. Ao passo que, após cinco anos da implantação do policiamento comunitário, os resultados apontam que 43,6% dos entrevistados que afirmam se sentirem mais seguros, conforme se pode observar na tabela 6 e no gráfico 6.

**Tabela 06** - Sensação de segurança antes e depois da implantação da UIPP no bairro

	SIM	NÃO	Total
	<i>Antes</i>		
Entrevistados	26,3%	73,7%	100%
	<i>Depois</i>		
Entrevistados	43,6%	56,4%	100%
Total			100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

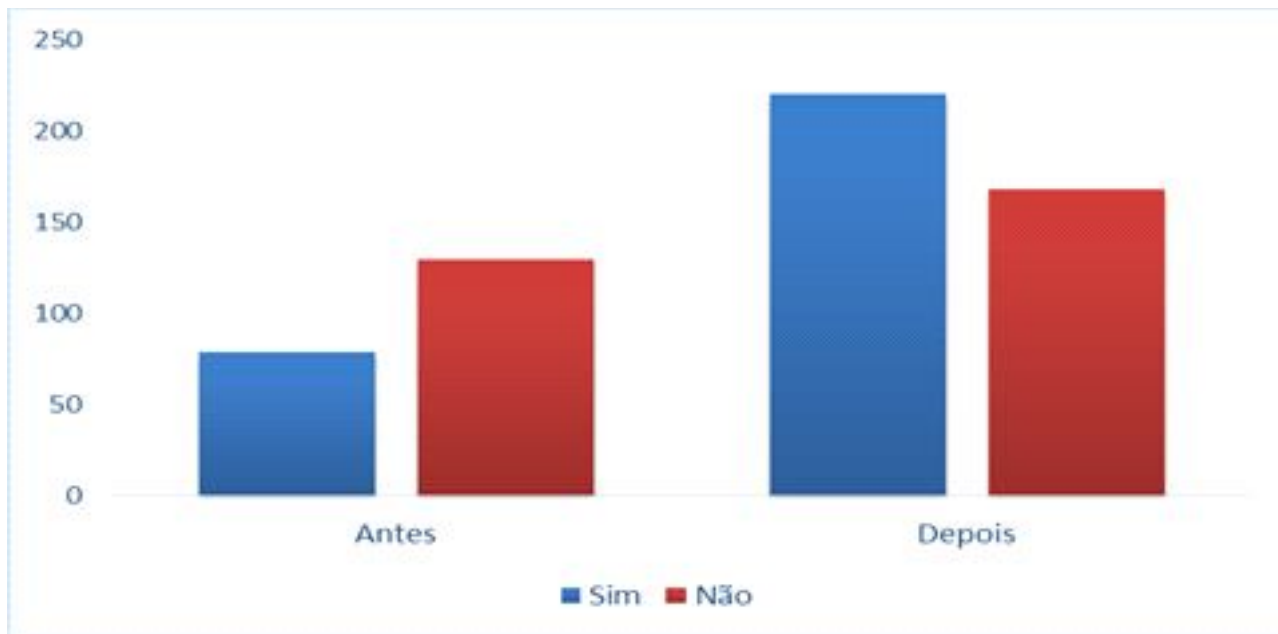


Gráfico 6 - Sensação de segurança antes e depois da implantação da UIPP no bairro

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Resumindo os resultados encontrados, 90% dos moradores conhecem a UIPP, sendo que 87% aprovaram a implantação, 90% já foram vítimas de violência no bairro ou conhecem alguém que já foi alvo de algum ato violento, sendo que, ao longo dos cinco anos de implantação, 51% afirmaram que mudaram seus hábitos ou abriram mão de realizar algumas atividades para se proteger da violência. Por fim, observou-se que a sensação de segurança mudou pouco após a instalação da UIPP, visto que, antes da sua chegada, 26,3% dos moradores se sentiam seguros e, atualmente, 43,6% se sentem mais seguros.

#### 4.2 Avaliação da atuação dos policiais na UIPP da Terra Firme

Adicionalmente, a pesquisa buscou conhecer a imagem que os moradores do bairro têm dos policiais lotados na UIPP, em relação à sua atuação no bairro. Para tanto, solicitou-se que os entrevistados qualificassem o trabalho dos policiais em Excelente, Bom Muito Bom ou Regular (Gráfico 7), não tendo sido dada a opção ruim ou péssimo, para não induzir os moradores a desqualificar o trabalho da polícia comunitária.

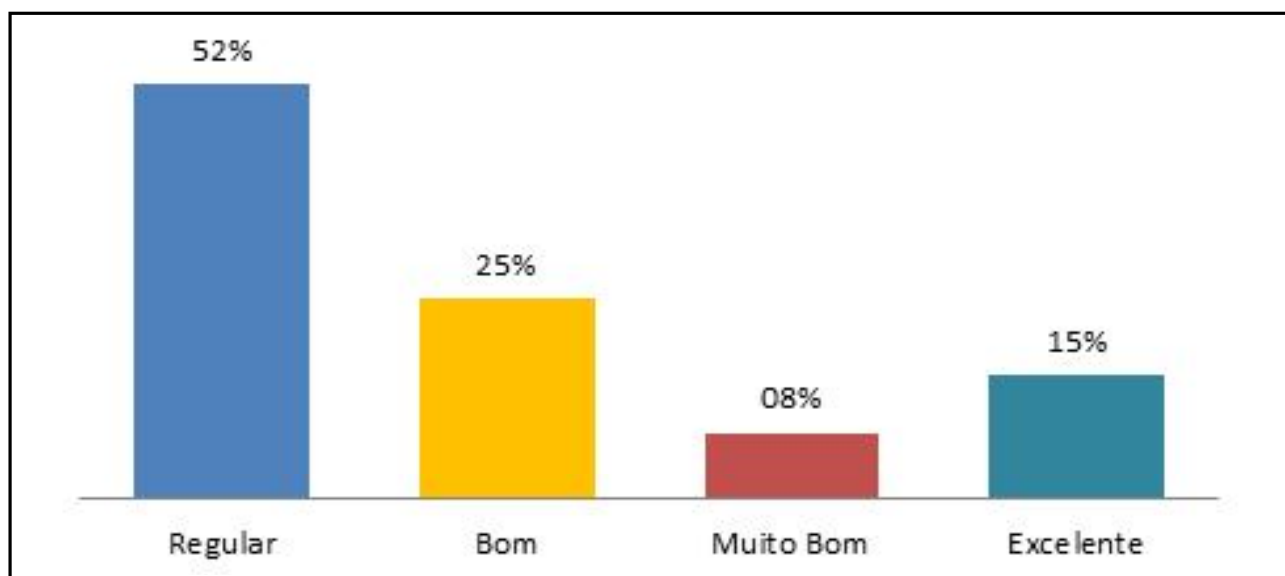


Gráfico 7- Avaliação dos policiais que atuam na unidade da Terra Firme

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Como se observa, 52% dos entrevistados qualificam o trabalho dos policiais atuantes na UIPP como: Regular; 25% afirmam que o trabalho dos policiais é Bom; 8% definem o trabalho dos policiais como Muito Bom e 15% declaram que a atuação dos policiais é excelente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura e a experiência internacional indicam que a política de polícia comunitária é um avanço para a segurança pública, pois faz o alinhamento entre o atendimento das necessidades emergentes do regime democrático e daquelas provenientes do aumento da criminalidade. No entanto, a despeito da importância desta política, os esforços realizados na UIPP da Terra Firme indicaram avanços tímidos no combate à violência e aumento da sensação de segurança, de acordo com a percepção dos moradores do bairro. Pelos resultados obtidos na pesquisa, os moradores reconhecem e aprovam a implantação da UIPP, porém a percepção de aumento da segurança mudou pouco. Quanto à atuação das polícias comunitárias, esta foi qualificada prioritariamente como regular.

Assim, os resultados da pesquisa apontam para a valorização do aspecto da polícia comunitária como premissa de aproximar o policial do cidadão, criando laços de confiança entre os mesmos, para que as autoridades estejam munidas de informações verídicas e possam criar estratégias realmente eficazes de combate à violência. Nesse contexto, é importante informar a importância do papel atuante do cidadão no processo de melhoria, o qual precisa compreender o papel dos diversos atores e ser conscientizado sobre a gestão da política pública e da contribuição de cada um dos envolvidos.

Considera-se, assim, atingido o objetivo da pesquisa, o qual não é encerrar a discussão em torno da segurança pública ou da polícia comunitária nas unidades PROPAZ e, sim, ampliar espaços de debates com o propósito de contribuir para que a sociedade paraense e, principalmente, a população de Belém e dos bairros mais atingidos pela violência urbana sejam mais bem assistidos pelo poder público e, em contrapartida, a população contribua com informações e reivindicações para que o Estado possa atender aos seus anseios.

## REFERÊNCIAS

---

- ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu R. de. **Matriz Curricular Nacional e a formação do policial comunitário em perspectiva comparativa: aspectos sociais e pedagógicos**. 2009. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Faculdade Horizontes, São Paulo, 2009.
- AZAMBUJA, Darcy. **Teoria geral do estado**. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008.
- BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H. **Policciamento comunitário: questões e práticas através do mundo**. 1 ed. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Ed USP, 2002. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?> > Acesso em: 29 abr.2015.
- BELÉM (Cidade). **Anuário Estatístico do Município de Belém 2011**. Secretaria Municipal de Coordenação Geral de Planejamento e Gestão, Prefeitura Municipal de Belém, Belém: 2012. Disponível em: < [http://www.belem.pa.gov.br/app/ANUARIO\\_2011](http://www.belem.pa.gov.br/app/ANUARIO_2011). Acesso em: 12 jan.2015.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.
- COSTA JR, Osmar. **Proerd: é paidégua dizer não às drogas**. Belém, 2012. Disponível em: <<http://saibadascoisas.blogspot.com.br/2012/08/proerd-e-paidegua-dizer-nao-as-drogas.html>>. Acesso em: 26 out.2012.
- \_\_\_\_\_. **UIPP do Pará é divulgada para todo o Brasil**. Belém, 2012. Disponível em: <<http://saibadascoisas.blogspot.com.br/2012/10/uipp-do-para-e-divulgada-para-todo-o.html>>. Acesso em: 26 out.2014.
- COUTO, Ayala Colares de O. **Do global ao local: a geografia do narcotráfico na periferia de Belém**. **Caderno de Segurança Pública**, Rio de Janeiro, v.1, n.13, 2012.
- FRANK, Robert H; BERNANKE, Ben S. **Princípios de economia**. 4 ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.
- GUARESCHI, N. et al. Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer; JAEGER, Fernanda P.; STREY, Marlene N. (Orgs.). **Violência, gênero e políticas públicas**. Vol. 2. Gênero e contemporaneidade. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2004.
- LEMONS, Ronaldo; CASTRO, Joana. **Tecnobrega: o Pará reinventando o negócio da música**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013 (Tramas Urbanas; 9).
- LIMA, A. F. **É a festa das aparelhagens! – Performances Culturais e Discursos Sociais**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Belém: UFPA, 2008.

MOTA, Luís Filipe de Oliveira. **Implementação de políticas públicas em quadros de public governance colaboração interorganizacional como fator-chave: o caso dos centros novas oportunidades do distrito de Lisboa.** Lisboa, 2010. 133p. Dissertação (Mestre em Sociologia das Organizações e do Trabalho) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010. Disponível em: <[https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3016/2/dissertacao\\_Luis\\_Mota.pdf](https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3016/2/dissertacao_Luis_Mota.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2015.

PARÁ (Estado). **Segurança Cidadã** – Plano Estadual de Segurança Pública. Governo do Pará, 2009.

SANTOS, Glauber Eduardo de O. **Cálculo amostral:** calculadora on-line. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: 06 abr.2015.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança Pública No Brasil:** desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 208 p. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=hTWh6rh1K0cC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=hTWh6rh1K0cC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)> Acesso em: 12 maio 2015.

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Polícia Comunitária/ Grupo de Trabalho**, Portaria SENASP nº 014/2006 - Brasília – DF, 2006. Disponível em: <<http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos/File/MultiplicadorPolComunitaria.pdf>>. Acesso em: 27 fev.2015.

SOUZA, Vinicius R. A. **A existência inexistente da música brega.** In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, n.5. Salvador, 2009.